

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegara  
CAMÕES, e, VII e 14

**Diretor Presidente**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor Vice-Presidente**  
Ari Cunha

**Diretor Gerente**  
Evaristo de Oliveira

**Diretor de Redação**  
Luiz Adolfo Pinheiro  
(Licenciado)

**Diretor Comercial**  
Maurício Dinepi

**Diretor Industrial**  
Oswaldo Abílio Braga

**Editor Chefe**  
Jota Alcides

**Diretor de Marketing**  
Márcio Cotrim

**Diretor de Planejamento**  
João Augusto Cabral

## Missão cumprida

Respira aliviado o País com a conclusão dos trabalhos da CPI do Orçamento e a reconfortante sensação de missão cumprida. Após 92 dias de intensa atividade, onde não faltaram momentos de tensão e cansaço, 47 parlamentares, entre deputados e senadores, representantes de todo o arco ideológico e grupos sociais em que se estrutura a sociedade brasileira, levaram a cabo a primeira devassa em larga escala na história do Legislativo nacional.

Uma herança de acomodações corporativistas e soluções de compromisso, geradas pelo espírito de corpo, fizeram ainda mais árdua a missão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ela teve de investigar pessoas, empresas e fatos em gigantesca escala nacional, mantendo a nau da instituição no rumo certo, apesar dos fortes ventos contrários gerados pelas pressões dos interesses contrariados, a par do ceticismo dos formadores de opinião pública e do estreito calendário de que dispunha.

Ao final, sob o comando firme do senador Jarbas Passarinho e contando com o empenho e a capacidade do seu relator, deputado Roberto Magalhães, eis que a CPI oferece ao exame das duas casas, do Congresso e ao Brasil um documento vigoroso de denúncia e condenação, sem esquecer de fazer justiça aos que, tendo sido igualmente investigados, mereceram de público a proclamação de sua inocência. Quase a metade dos parlamentares inquiridos — exatamente 17 deputados e um senador — teve os pedidos de cassação de seus mandatos encaminhados às Mesas da Câmara e do Senado. Outro contingente mereceu recomendação para o prosseguimento das investigações por parte de órgãos permanentes dos dois ramos do Parlamento. Ao Ministério Público e à Receita Federal serão encaminhados documentos e denúncias envolvendo

pessoas e empresas alheias ao Legislativo. E seis deputados, cinco senadores e o ex-ministro Henrique Hargreaves ganharam a proclamação de sua inocência.

Para além da busca da justiça, pela punição de parlamentares que não se mostraram à altura do mandato recebido nas urnas, os trabalhos da CPI do Orçamento lançaram luz sobre poderosos mecanismos de corrupção, tráfico de influência e danosa intermediação de interesses, os quais projetam para o futuro próximo novas etapas desta histórica versão verde e amarela da famosa Operação Mãos Limpas italiana. Por certo, esse relatório de investigações e as providências que certamente hão de ser tomadas de forma célere pelas mesas da Câmara e do Senado, visando dar consequências práticas a suas recomendações, transcendem os fatos apurados e conferem às instituições políticas da democracia brasileira uma aura de dignidade.

Tão logo seja possível, por força da necessidade de fazer avançar processos básicos para a governabilidade nacional, como a revisão constitucional e as votações do Orçamento e do ajuste fiscal, é imperativo dar sequência aos trabalhos de depuração da vida pública deste País. Não basta flagrar os corruptos. É vital chegar aos corruptores. A provável coincidência entre a punição dos parlamentares apontados pela Comissão Parlamentar Mista do Orçamento e o início dos trabalhos da CPI das Empreiteiras certamente terá um impacto positivo e profundo na opinião pública. As eleições gerais de outubro próximo ocorrerão sob o efeito moralizador e revitalizador de tais ações. Salvo reversões que devem ser exorcizadas, o ano de 1994 se apresenta com largas possibilidades de marcar a história política nacional como um verdadeiro começo de novos tempos, atestando a conquista da maioria dos brasileiros.